

JOÃO-MARIA VILANOVA: O DESEJO DE SER INTELLECTUAL ANGOLANO, O NÃO-FINGIMENTO E A IDENTIDADE*

JOÃO-MARIA VILANOVA: THE DESIRE TO BE AN ANGOLAN INTELLECTUAL WITH AN IDENTITY WITHOUT FALSE PRETENCE

José Luís Pires Laranjeira

Centro de Literatura Portuguesa

Universidade de Coimbra

(Para Carlos Reis, por tudo, sem mais)

A experiência do duplo representaria em si uma “regressão tópica” ao momento psíquico pré-especular do não-separado. Uma espacialização ilusória de um dentro que normalmente permanece selado pelo recalque estruturante, que representa o fechamento que separa si mesmo do outro (Giovanna Bartucci)

RESUMO

João-Maria Vilanova é o pseudónimo de um escritor angolano que nasceu em Portugal e assumiu o anonimato até ao seu suicídio, por entender que a receção dos textos não devia ser influenciada pela biografia. Escreveu poemas sobre a luta de libertação nacional, alguns em kimbundu, e pequenos contos sobre violência e sofrimento. Abandonou Angola antes da independência e faleceu em 2005, em Gaia.

Palavras-chave: João-Maria Vilanova; escritor angolano; cidadão português; anonimato total

* Texto de abertura do colóquio sobre João-Maria Vilanova, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2010.

ABSTRACT

João-Maria Vilanova is a pseudonym for an Angolan writer who was born in Portugal but wanted to remain anonymous until his suicide so that the reception of his texts would not be influenced by his biography. João-Maria Vilanova wrote poems about the struggle for national liberation, some of them in Kimbundu, and short stories about colonial violence and suffering. He abandoned Angola before the independence of 1975 and committed suicide in 2005, in Vila Nova de Gaia.

Keywords: João-Maria Vilanova; Angolan writer; Portuguese citizen; total anonymity

João Guilherme de Freitas nasceu em 1933, na Madeira, e suicidou-se em 2005, em Vila Nova de Gaia. Profissionalmente, foi magistrado em Angola, tendo estudado Direito em Coimbra, na década de 60. Tinha capacidade para desenhar e pintar e chegou a expor em Coimbra e no Funchal, nessa mesma década. A sua esposa, Nídia, define-o como um espírito intelectual de enorme voracidade e um perfeccionista, com uma necessidade permanente de falar, escrever e ler, de interpretar o mundo e comunicar. Provisoriamente, podemos imaginá-lo como um obsessivo-compulsivo, inquieto, angustiado com os descalabros do mundo, meticuloso na apreciação poliédrica dos assuntos. Olhando para a obra publicada (neste momento, são oito livros, havendo ainda um longo poema inédito), ressalta a metódica organização dos materiais da escrita, o rigor, a exímia composição formal, a concretude social, histórica e económica, a sintaxe fluente, mesmo quando o texto se arrisca no experimentalismo, e a ausência de sentimentalismo piegas ou de retórica empolada, característicos de muitas poéticas da dita lusofonia e de várias partes do mundo.

A interrogação maior parece ser: por que Vilanova/João de Freitas quis manter tão ciosamente o seu anonimato sob um pseudónimo maior? **Se fosse negro, tivesse nascido em Angola e lá permanecesse depois da independência**, tomaria tal atitude?

O uso do pseudónimo principal e dos pseudónimos secundários de João de Freitas conduz-nos à referência breve de três outros escritores que usaram pseudónimos – eventualmente, heterónimos –, no sentido da criação de *personae*, senão com biografias fictícias, pelo menos com discursos literários suficientemente diferenciados para parecerem escritores *outros*: o português António Quadros/João Pedro Grabato Dias/Frei Ioannes Garabatus/Mutimati Barnabé João; os cabo-verdianos João Varela/João Vário/Timóteo Tio Tiofe e José Luís Hoppfer C. Almada/Alma Dofer/N'Zé Di Sant'Y Águ, o primeiro e o terceiro tendo usado outros, além destes referenciados. Alguns pseudónimos dele terão sido praticamente fortuitos, devidos à necessidade de escrever para uma badana ou assinar um poema numa carta. Usou pelo menos quatro pseudónimos: João-Maria Vilanova, António Vidigal, João de Vasconcelos e Apharense Luandense. Mas a inspiração principal do autor quanto a pseudónimos era a de B. Traven, o intelectual, o escritor revolucionário e apátrida, de origem norte-americana, que fora obrigado a exilar-se no México, tal como Trotsky, e que usou vários pseudónimos, sendo, hoje, reconhecido como escritor mexicano no próprio país que o acolheu até ao falecimento. Em Portugal, chegou a ser conhecido entre a juventude sobretudo pela leitura do romance **O tesouro da Sierra Madre**, que foi adaptado para o cinema por John Houston.

Nídia, esposa de João de Freitas, afirmou, após o suicídio do poeta, que ele tinha ficado muito magoado com o facto de a edição do seu livro em Luanda, **Mar da minha terra & outros poemas** (2004), ter surgido com uma imagem nas primeiras páginas que muito

o chocou. Trata-se da fotografia, em página inteira, de uma máscara antigás daquelas usadas na chamada I Guerra Mundial (1914-18). A localização da reprodução da máscara num local em que poderia estar uma fotografia do autor leva-nos à conclusão de que ela reforça a ideia de anonimato da autoria do livro, visto que a verdadeira pessoa por detrás do pseudónimo, nessa data de publicação, ainda se mantinha incógnita e manteria, clandestina, completamente desconhecida do escasso público que tinha acesso à sua poesia, incluindo aqueles que podiam eventualmente conhecer um pouco melhor o seu “caso”. Essa edição trazia um prefácio de Jorge Macedo, o qual acabou também por desgostar o autor, segundo testemunho oral do próprio, em conversa telefónica com o autor destas linhas.

Recorde-se que, ao mesmo tempo, era publicado também o volume *Poesia* (2004), que reuniu os dois livros anteriores, *Vinte canções para Ximinha* (1971) e *Caderno dum guerrilheiro* (1974), ambos com muito escassa divulgação em Angola. Até 2004, o poeta Vilanova não tinha existência pública em Portugal, onde vivia desde 1975, e, na verdade, não passou a ter com o livro *Poesia* (2004). Porque poeticamente não era português e, como poeta angolano, continuava a não ter expressão pública, nem mesmo entre os seus pares, embora fosse referido e mesmo antologado, mas não com o entusiasmo e a frequência que merecia. O seu caso era incómodo porque as pessoas tinham dificuldade em lidar com algo que não conheciam.

A pouco e pouco, alimentou talvez a esperança de ser reconhecido e – quem sabe? – até consagrado como poeta de fina água. Notava-se-lhe a satisfação por David Mestre, Paula Tavares, José Luís Mendonça ou Jorge Macedo reconhecerem que a sua poética os auxiliara a encontrar os seus caminhos. Pelo caminho, tinha ficado outra possibilidade de publicação a cargo de Luandino Vieira, uma vez que uma pequeníssima editora (Ler & Escrever) lançada por ele e mais três sócios para a reedição das suas próprias obras acabara por

não dar certo, mas que, em 2002, se dispusera a editar um livrinho intitulado também “Poesia (1971-74)”.

Esse episódio, da publicação do livro em Angola, em 2004, com tais características, pode ter espoletado ou, então, agudizado a crise latente de João Guilherme **ser português** e **ter uma obra angolana** ou, dito de outro modo, de ter vivido os 30 anos a seguir à independência de Angola querendo continuar a sentir-se, afetiva e intelectualmente, um angolano de gema, genuíno, gerado como tal no seu pessoal processo doutrinário de construção revolucionária, independentista, de (re)africanização a que se referiu Amílcar Cabral. Podemos imaginar o **apagamento identificativo**, o anonimato deliberado, obsessivo e escrupuloso, como face visível da face oculta de **(querer) ser angolano**, provavelmente com mais segurança, de se sentir angolano, não irmanado, mas angolano, como se sente (e é) José Luandino Vieira, ambos não tendo, por acaso, nascido em chão angolano.

A legitimidade de ser de uma qualquer pessoa (por exemplo, ser angolano, sentir-se como tal), em princípio, depende dessa mesma pessoa, daquilo que ela própria acha que é. Mas, por outro lado, a possibilidade de realização do **seu** ser (sentir-se), enquanto **processo contínuo** de **sentir, fazer e saber**, está associado aos outros, depende deles, isto é, da comunidade imaginada a que essa pessoa pertence ou pensa que pertence. Os outros têm de aceitar esse pedido explícito ou essa sugestão implícita de pertença. Em última instância, se esse pedido for mesmo o da atribuição legal, formal, da nacionalidade, tem de haver o reconhecimento oficial, estatal, da pertença comunitária, a autorização para usar o direito de nacionalidade. O direito a alguém sentir-se pertencente a uma qualquer nação, seja qual for a sua nacionalidade formal, depende exclusivamente do seu ser, do modo como se sente. Ou pode ser algo da ordem do inconsciente. Esse sentimento é o da **pátria**, que não necessita de explicação, por ser similar da paixão: é o **fascínio** por algo ou alguém, para lá

de qualquer racionalidade, na ordem do imaginário, que também implica o que é comunitário, por não existir imaginário fora da língua e da cultura. Explica-se, mas quem não pertencer ao mesmo domínio relacional não pode sentir. A paixão pela pátria é tão poderosa como o amor da mãe pelo filho e é mais poderosa e galvanizadora, inclusive, do que a paixão do casal, porque o seu objeto não pode ser possuído, dele não se pode ter a posse. Na verdade, não se pode possuir absolutamente nada. A pátria é, em simultâneo, um conceito e um sentimento do sujeito em relação a um objeto que o transcende, que é mais amplo, indefinível e inapreensível do que o território, a língua ou a história: está relacionado com isso tudo, mas sobretudo com o instante da história pessoal em que o ser se afirmou num contexto (fixado) que jamais poderá ser mudado ou trocado. Essa fixidez ou fixação constitui o cerne do intraduzível, é o nó górdio da pátria, o *quid* que assegura o apaziguamento do espírito arquetípico nas transições da matéria.

Nascido na Madeira, passou a sentir-se angolano em Angola. E não foi esse o destino de tantos portugueses, mesmo sendo reacionários e colonialistas? Tenho consciência de que esta pergunta é problemática, mas não posso deixar de a fazer. De facto, em casos especiais, pode existir uma contradição insanável entre o sentimento de pertença a uma comunidade e a recusa dessa comunidade em aceitar essa pertença, no plano nacional ou em tantos outros planos. A aceitação social sanciona o sentido de pertença ao coletivo. Ainda em 2004, pouco antes de morrer, escrevia Vilanova no prefácio ao livro de contos de Arnaldo Santos, *O brinde seguido de A palavra e a máscara*, editado em Angola: “daí que Arnaldo Santos seja hoje dos mais sólidos valores das **nossas letras** (...) na boca do bom apreciador dos frutos de **nossa terra**” (negrito meu). A vivência, a ideologia política e a filosofia existencial fizeram-no aceitar uma nova “pátria” cultural e afetiva, Angola. Mas, na hora da independência, a

responsabilidade familiar, o medo do desconhecido (associado à sua raiz portuguesa), levaram-no a retirar-se de Angola.

As pessoas que renunciam à vida, que se suicidam, confirmam com esse gesto que, para além de causas biológicas, a sociedade avilta e desequilibra as mentes e os corpos individuais e sociais, como bem mostraram Freud, Lacan, Fanon, Foucault, Deleuze, Guattari, Sartre, Camus ou Durkheim, e que, tantas vezes, por isso mesmo, a pulsão de morte triunfa sobre a pulsão de vida. Insisto num ponto que muito me tem perturbado, nos últimos tempos: se o poeta angolano João-Maria Vilanova, que foi o intelectual português João de Freitas, não se suicidasse, em 2005, não poderíamos ter levantado o véu do seu anonimato; quer dizer, não teria havido lugar a um colóquio, organizado na FLUC, em 2010, sobre a vida e obra desse escritor angolano. Freud poderia dizer: não é o princípio de prazer que nos alimenta e movimenta, mas a morte ou o medo dela. E seja qual for o ponto de vista sobre a sua vida e obra, o facto mais perturbador é o do **anonimato**, defendido com verdadeira obsessão, e a questão fulcral da **identidade**.

Esse anonimato deixou de existir quando se publicou o livro de contos que deixou inédito, mas não exatamente pronto para publicação, pois existiam muitas versões de textos e não menos dúvidas (Cf. Vilanova, 2013). Foi esse anonimato que me fascinou, desde o primeiro momento em que dei de caras com a sua poesia, quando estive em Luanda, a partir de outubro de 1972, numa comissão de serviço militar no exército colonial. Desde logo, exerci a crítica literária, a convite do amigo Manuel Rodrigues Vaz, no *Diário de Luanda*, e também de Carlos Ervedosa, escrevendo sobre a “substância social” da sua poesia, n’*A Província de Angola*, e divulguei-a em programas de rádio, juntamente com a de Ruy Duarte de Carvalho, David Mestre, Cândido da Velha, António Bellini Jara, entre outros, que convém sempre recordar. Na Redação da revista *Prisma*, pela mão

do amigo João Carneiro, vi as dezenas de exemplares do seu livro *Vinte canções para Ximinha* (1971), que ganhara o Prémio Motta Veiga, o mesmo atribuído na década anterior a Luandino Vieira, pois tratava-se da mesma empresa, Editorial NOS (Nova Sociedade Angolana), proprietária daquela publicação onde colaborei com um artigo e que patrocinava o prémio. Ouvei contar, então, que os exemplares e o prémio nunca foram recebidos pelo autor, decerto por precaução política. De facto, sendo magistrado judicial, João de Freitas estivera detido pela PIDE, em 1962, em Coimbra, onde estudou Direito, devido a uma frase humorística de segundo sentido político: “se tanta gente acerta no Totobola porque é que ninguém acerta na bola do Tó?” (quer dizer, na “bola”, na cabeça de António, o ditador Salazar).

Quando regresssei a Portugal, continuando fascinado pela incógnita de Vilanova, lembrei-me de ir ver aos livros de Manuel Ferreira, procurei o nome civil do autor, e, como vivia em Rio Tinto, nos arredores do Porto, sabendo que João de Freitas poderia viver em Vila Nova de Gaia, ali ao lado, fui à lista telefónica, encontrando o seu número, e liguei para ele. Estive, se bem me lembro, entre duas e três horas ao telefone, conversando sobre Angola, poesia, África, etc. e tal, e fiquei convencido de que ele era Vilanova, sem nunca o admitir (nunca o admitiu explicitamente, nem a Luandino Vieira, de quem foi condiscípulo no Liceu Salvador Correia de Sá, em Luanda), mas eu não podia jurar, porque, na verdade, havia sempre a possibilidade de engano, nem podia, sem documentação, provar absolutamente nada. Mais tarde, com o decorrer da nossa relação (por exemplo, escrevia-me cartas e postais, enviando documentação, visitou-me em Coimbra, assistiu ao meu doutoramento e participou no jantar respectivo com cerca de 70 convivas), voltei a ter sérias dúvidas, e escrevi um artigo muito extenso – com o pseudónimo de Mateus Mukanda, no jornal *África* (de Lisboa, dirigido por Leston Bandeira, onde cola-

borava intensamente Leonel Cosme) – procurando demonstrar, com argumentação dialética e probatória semiótica, que Vilanova era o pseudónimo poético de José Luandino Vieira. Falhei redondamente, o que foi bastante pedagógico, mas hoje penso que Luandino Vieira não se importaria de assinar, se pudesse, toda a poesia de Vilanova. O que eu pretendia, desrespeitando o anonimato de Vilanova, era que ele ou Luandino Vieira viessem revelar publicamente a verdade sobre o pseudónimo. Claro que nenhum deles se deu a esse trabalho – somente mais tarde percebi porquê, porque nenhum deles iria quebrar o pacto de silêncio para satisfazer a sede de curiosidade ou de protagonismo de um investigador, assim cumprindo o pacto de silêncio e dando uma grande lição de modéstia e ética – e voltei a escrever alguns textos sobre a sua poesia, mas sempre curioso e inquieto com o anonimato. Noutra altura, publiquei um artigo, na revista *Colóquio/Letras*, indicando o nome civil do autor, o que quase o levou a um corte de relações comigo. A partir daí, deixei Vilanova com o seu segredo e passei a tratar João de Freitas como se, de facto, nada tivesse a ver com Vilanova, como se ele fosse um mero intermediário. Vilanova, sem o saber, contribuiu para reorientar a minha atividade: passei a ser menos detetive e gostar mais de assumir exatamente esse outro papel de intermediário, de agente utilitário, crítico, questionador, duvidador, eventualmente explicador. Como em tudo na vida, há perdas e ganhos.

Em Portugal, o passar do tempo terá confirmado as raízes portuguesas, tê-las-á posto (de novo?) em evidência. Ele vivia o “paraíso angolano” através da sua própria obra, dos *media* e das conversas (da informação). Por via da sua visão de mundo revolucionária, segundo o conceito anticolonial dos anos 60 e 70 (construído também com os contributos de Frantz Fanon, Amílcar Cabral e Agostinho Neto), e do seu posicionamento contestatário, da sua lucidez, não podia aceitar a degradação da vida em Angola e também em Portugal, para a

maioria da população, consideradas as devidas diferenças. Por um lado, a guerra interna de Angola e a penúria atingindo o povo angolano; por outro, esgotado o sonho de uma revolução permanente (aliás, nunca verificada) ou da *revolução comunitária* em Portugal, a continuidade da política do bloco central, a mecanização do poder, o modelo demo-burocrático, capitalista e pós-moderno, tecnocrático e neoliberal, tornaram-se desoladores e deprimentes para ele. Ao cultivar uma visão bondosa, eventualmente crítica, obsessiva e permanente da realidade angolana (uma visão afetiva e compreensiva) e da realidade portuguesa (*idem*, aspas), passou a reforçar o isolamento e a solidão, característicos da sua personalidade. O uso da ironia e da peroração, sobretudo quanto ao resto do mundo, mas não a Angola, permitiam-lhe recalcar as eventuais representações cínicas do real e refugiar-se num plano ideal. Cortada a relação com o mundo do trabalho, passou a viver numa duplicidade ilusória: uma vida poética angolana (embora com pouca repercussão, com pouco retorno); uma atitude crítica da vida pública portuguesa (mas em circuito privado, por não ter acesso a amplos domínios públicos). A sua condição de intelectual de esquerda, insulado, periférico, ajudou a criar um maior ensimesmamento? Essa dupla contenção e o anonimato implacável (que parece até desumano) retiraram-lhe o gosto do reconhecimento? Ou teria gostado de ser reconhecido? Ou uma ética de tipo franciscano ajudou a encapsulá-lo?

O interesse minucioso, obsessivo e extenso pelo mundo todo e por Portugal (que a correspondência, os cadernos de comentários e as leituras hão de documentar, pelo que posso saber) são o sintoma de uma aguda consciência de que o lugar onde vivia e que ocupava a sua atenção intelectual se tornava omnipresente e comandava a sua reinserção na portugalidade. Alguma vida intelectual e a criação literária faziam por manter viva a *condição poética* de angolano. Bastante isolado, não participando de militâncias, grupos, tertúlias ou clubes,

vivia intelectualmente uma improvável vida angolana e o quotidiano português, que o atormentavam e a que respondia com criatividade e ironia intelectuais, a única forma de ultrapassar o nojo da época. Com o avançar da idade e uma antevisão da quebra na capacidade intelectual (ficou perturbado com uma paralisia parcial, deixando de telefonar), associada à negligência da edição do livro em Angola, talvez à progressiva perda coletiva de hábitos antigos (jornais, escrita manual, prática das artes, etc.) – a sensação de estar fora do tempo ou do tempo já não ser o seu e também fora de lugar (um duplo exílio, de tempo e lugar), terão hipoteticamente ajudado a precipitar o suicídio.

Tal como José Luandino Vieira, Vilanova também foi para Angola enquanto criança. Andou no Liceu com Luandino Vieira, entre outros que viriam a ser intelectuais angolanos. Viveu Angola e tornou-se angolano na vivência, na cultura e no afeto. Depois, já adulto, voltou à Europa, para, em Coimbra, cursar Direito. Durante a luta de libertação nacional, Luandino esteve preso durante muitos anos e escreveu nas prisões uma obra seminal. Com a independência de Angola, Luandino passou a ocupar cargos importantes nas instituições culturais. Vilanova, na poesia, representava um universo semelhante ao de Luandino na prosa. Pertenciam à mesma geração, mas Vilanova não tinha atuação política formal anti-colonial, sendo magistrado, e, à data da independência, retirou-se com a família para Portugal, numa atitude em tudo igual à de Leonel Cosme, sendo que este, mesmo que permanecesse em Angola, não abdicaria da sua nacionalidade portuguesa. E Vilanova? Manteve-se poeticamente angolano, continuando João de Freitas a viver Angola em Portugal, a escrever sobre, por e para Angola. Em relação a esse país de adoção (sentimental e cultural), escreveu sempre sem humor, com uma seriedade dramática. Quando se dedicou a outros temas, como a Bósnia-Herzegovina, o Iraque, a política portuguesa ou a era Bush (pai e filho), fazia poemas satíricos, jocosos e anedóticos, sempre com

grande mestria, mas sérios e dramáticos apenas somente quanto bastasse, com a consciência crítica de que os conflitos e as políticas locais eram expressões do capitalismo global. É como se Angola fosse a sua virgem intocável, que o poderá ter traído ao perder-se no que poderia julgar ser o verdadeiro caminho de virtudes. Ou, talvez de outro modo, conquistada a independência, Angola passou a estar sob a preservação do olhar encantado do revolucionário nunca assumido na prática quotidiana da luta, do revolucionário virtual, do intelectual, daquele que se limitava apenas a escrever e não poderia nunca tomar qualquer posição de crítica a um país que tinha de se afirmar no plano internacional. Era preciso deixar Angola respirar. Criticar seria trair a confiança e tomar a posição de todos os reacionários que pugnavam pela derrota do MPLA e de Angola enquanto nação independente, soberana e legítima. Daí talvez a explicação da poesia sem mácula crítica, deixada essa hipótese para os próprios angolanos de nascença: o reconhecimento implícito de que Vilanova não podia tomar as posições, por exemplo, de um Agualusa.

No romance *Yaka*, de Pepetela, há uma imagem fortíssima que talvez sugira esse efeito de pátria ganha desde cedo: ao nascer, um bebé cai ao chão e morde a terra. Esse simbolismo significa que jamais poderá deixar de ser angolano. **Morder a terra** significa ser filho de sua mãe, nascer num determinado lugar, ouvir/aprender a sua língua, (con)viver em certa sociedade, num específico tempo e não noutras quaisquer circunstâncias. Vilanova reunia estas qualidades? Por não tê-las, escondia-se no anonimato, sendo a poesia a sua pátria? Ou, ao contrário, não pôde deixar de ser português, sobretudo com o passar do tempo e a vivência continuada em Portugal? Será que, ao usar expressões como “a nossa terra” e “as nossas letras”, não estaria a iludir-se? Não será que o retorno à vivência portuguesa o afetou em definitivo, privando-o, a certa altura, da possibilidade de ser angolano?

Talvez o seu drama tenha sido triplo em relação a Angola: não ter podido viver em Angola; não ser acarinhado por Angola como julgaria merecer; não ter assistido à erradicação da pobreza do povo angolano. Talvez tenha mantido o anonimato para não ser julgado como fingidor, maneirista (isto é, melancólico) ou oportunista, como alguém que ficasse toda a vida escrevendo sobre algo que pareceria remoto, que, noutros tempos, vivenciara e sobre o qual já só poderia inventar, como certos viajantes do exótico.

Terá Vilanova experimentado um percurso tão diferenciado de Leonel Cosme (que sempre se manteve português) ou dos chamados “retornados conservadores” (para usar um eufemismo), com um sofrimento afetivo e intelectual que não conseguiu ultrapassar as saudades africanas, sintoma do mal-estar de tantos portugueses regressados do continente, inadaptados ao chão pátrio por terem provado a *kissangua* de outros chãos? Talvez, no seu modo específico, juntando-se a suicidas das letras portuguesas como Camilo Castelo Branco, Júlio César Machado, Antero de Quental, Trindade Coelho, Manuel Laranjeira, Mário de Sá-Carneiro, Florbela Espanca e outros, tenha João de Freitas/Vilanova marcado encontro com o desencanto de, afinal, ser **um intelectual português** e não conseguir encarar a amarga realidade do **seu país de origem e, afinal, também de reencontro**. Seja como for, a sua obra (inéditos, poesia, contos, livros, correspondência, apontamentos, crónicas, ensaios e talvez desenhos) irá, por certo, motivar desenvolvimentos interessantíssimos sobre, entre outros aspetos, o engajamento, a identidade, a representação, a representatividade e a receção. Não podendo formular outros votos, desejo, com afeto e esperança, uma longa vida à obra de João-Maria Vilanova.

REFERÊNCIAS

- VILANOVA, João-Maria (1971). *Vinte canções para Ximinha*. Luanda: Editorial NOS.
- VILANOVA, João-Maria (1974). *Caderno dum guerrilheiro*. Luanda: Kalema.
- VILANOVA, João-Maria (2004a). *Mar da minha terra & outros poemas*. Luanda: Kilombelombe.
- VILANOVA, João-Maria (2004b). *Poesia*. Lisboa: Caminho.
- VILANOVA, João-Maria (2013). *Os contos de ukamba kimba*. Cerveira/Luanda: Nós somos.
- VILANOVA, João-Maria (2019). *Enquanto essa chuva não parar de chover*. Luanda: Nós somos.